



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

2º Caderno

da Câmara

CIRCULAÇÃO: 29, 30, 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2017.

ANO XXXIV Nº 1736

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

MAURO CRISTIANO FREITAS

Presidente – PSDC

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

1º Vice-Presidente – PMDB

GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA

2º Vice-Presidente – PSB

ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário – PRB

ELENILSON JOSÉ SANTOS DA COSTA

2º Secretário – PTdoB

CLEOSON SOUZA DA SILVA

3º Secretário – PR

JOSÉ MARIA DE SOUZA DINELY

4º Secretário – Líder do Bloco PSC / PPS

VEREADORES

BLOCO PSDC / PTdoB

PTdoB RILDO DE OLIVEIRA PESSOA – Líder

BLOCO PMN / SOLIDARIEDADE / PEN / PR

PMN FABRÍCIO PEREIRA DA GAMA – Líder

Solidariedade JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO

PEN MARCIEL SARAIVA DE ALMEIDA

BLOCO PSD / PTC

PSD SILVANO OLIVEIRA DA SILVA – Líder

GUSTAVO BEMERGUY SEFER

PTC LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR

VICTOR ORENGEL DIAS

BLOCO PMDB / PHS

PHS IGOR WANDER CENTENO NORMANDO – Líder

PMDB BLENDIA CECÍLIA ALVES QUARESMA

JOAQUIM ARISTIDES ARAÚJO CAMPOS

BLOCO PSB / PSDB / PTB

PSB IGOR GUAPINDAIA DE ANDRADE – Líder

PSDB NEHEMIAS GUEDES VALENTIM – Líder do Governo

PTB PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTON

BLOCO PSC / PPS

PSC CELSO SABINO DE OLIVEIRA SOBRINHO

PPS WELLINGTON PROGÊNIO MAGALHÃES

BLOCO PDT / PP / PSL

PDT MARCO ADRIANO ALBUQUERQUE COELHO – Líder

HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JÚNIOR

PP JOSÉ EMERSON CAMPOS SAMPAIO

PSL NILTON SILVA DAS NEVES

BLOCO PCdoB / PT

PCdoB ALTAIR DE LIMA BRANDÃO – Líder

MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO

PT AMAURY DE SOUZA FILHO

BANCADAS

PSOL MARINOR JORGE BRITO – Líder

FERNANDO ANTONIO MARTINS CARNEIRO

FRANCISCO ANTONIO GUIMARÃES DE ALMEIDA

PRB IVANILDO LUIZ DE FRANÇA – Líder

SIMONE CAROLE CAMPELO KAHWAGE DOS SANTOS

* ATO Nº 0902/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e,

CONSIDERANDO a programação das férias dos servidores deste Poder, conforme ESCALA DE FÉRIAS;

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Art. 117, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 30 (TRINTA) dias de férias aos funcionários deste Poder, abaixo relacionados, a partir de 03/04/2017 a 02/05/2017, com retorno em 03/05/2017:

Nome do servidor Cargo	Lotação Exercício
Abílio Fernando Paiva do Vale GAT – Grupo Atendente	SRCD 2016-2017
Agenor Sidney dos Reis Pegado GNM – Grupo Nível Médio	Divisão de Taquigrafia 2016-2017
Alcebíades Pinheiro Raiol ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Igor Andrade 2015-2016
Ana Cristina da Silva Barros ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Henrique Soares 2016-2017
André Luiz Cardoso Carim GNM – Grupo Nível Médio	Divisão de Taquigrafia 2016-2017
Antônio Carlos de Sousa Ferreira GNM – Grupo Nível Médio	Diretoria Jurídica 2005-2006
Carlos Alberto Fonseca Farias GAT – Grupo Atendente	SEMAP 2016-2017
Célio Henrique Martins Silva ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Zeca Pirão 2015-2016
Danielle Brito Gonçalves ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Igor Normando 2016-2017
Edilson da Costa Sampaio GNM – Grupo Nível Médio	SEFESTAC 2016-2017
Emanuel Ó de Almeida Filho GNS – Grupo Nível Superior	Diretoria Jurídica 2015-2016
Evellyn Judith Chaves Pinheiro ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. John Wayne 2016-2017
Evelyn Gisele Rufino da Costa ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Zeca Pirão 2016-2017
Fátima de Nazaré Bernardes Carrera GNM – Grupo Nível Médio	SETOQ 2015-2016
Florian Augusto Ó de Almeida GNM – Grupo Nível Médio	Gab. Ver. Nehemias Valentim 2016-2017
Gilberto de Souza e Silva ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Joaquim Campos 2016-2016
Gilmar Roberto dos Santos Silva ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Fernando Carneiro 2016-2016
Glauce Souza Sirotheau Correa ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Henrique Soares 2016-2017
Herlen Souza Nascimento GNM – Grupo Nível Médio	SEAMS 2004-2005
Ilsou Farias Cardoso ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Zeca Pirão 2015-2016
Jaciel Borges Dias ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Elenilson Santos 2016-2017
Jacimara Soeiro Pinheiro ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Amaury Filho 2016-2017
Jacqueline Fernandes Oliveira GNM – Grupo Nível Médio	SEDAQ 2004-2005
Jailson Costa dos Santos GAT – Grupo Atendente	SRCD 2016-2017
Jamylle de Nazaré Ferreira Teixeira ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Henrique Soares 2016-2017
Jercilene Conceição Teixeira Carvalho ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Igor Normando 2016-2017
João Carlos da Silva Chaves GAU – Grupo Auxiliar	SAGEP 2015-2016
Jorge Nazareno de Oliveira GNM – Grupo Nível Médio	Divisão de Informática 2016-2017
José Cláudio Ferreira de Lima ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Amaury Filho 2016-2017

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATAS	02
ATOS (Republicação)	01
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	01

DIÁRIO OFICIAL

da Câmara Municipal de Belém

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"

End: Travessa Curuzu, nº 1755 – Marco

CEP: 66093-802 Belém – Pará

Homepage: www.cmb.pa.gov.br

Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB

Responsável: Flávia Moreira Garcia de Lima – Chefe DICOS

Registro nº 2719 – DRT / PA

Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB

Responsável: Paulo Artur Neves – Chefe SIOF

Lilian Figueiredo Martins ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Wellington Magalhães 2016-2017
Manoel Elias Monteiro da Silva GAT – Grupo Atendente	SECOS 2015-2016
Mara Andreza Teixeira Gouveia CGAB – Coordenador de Gabinete	Gab. Ver. Fernando Carneiro 2016-2016
Marcos Costa de Brito GNM – Grupo Nível Médio	SRCD 2016-2017
Maria de Nazaré Costa Rodrigues ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Gleisson Silva 2015-2016
Maria de Nazaré Dias Pernambuco ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Amaury Filho 2016-2017
Maria do Socorro Azevedo Pereira ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Gustavo Sefer 2016-2017
Maria do Socorro Gomes Silva da Silva GNS – Grupo Nível Superior	Divisão de Comunicação Social 2015-2016
Maria do Socorro Rodrigues Teixeira ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Gleisson Silva 2016-2016
Maria Oline Lemos da Silva ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Zeca Pirão 2016-2016
Mércia Catalina Murchio GNM – Grupo Nível Médio	SRCD 2015-2016
Muller Maia Vieira ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Fernando Carneiro 2016-2016
Raimundo Martins Correa ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Gleisson Silva 2015-2016
Rosemary Pereira de Oliveira GNM – Grupo Nível Médio	Divisão de Consultoria e Procuradoria 2006-2007
Rosiane Araújo da Silva ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Amaury Filho 2016-2017
Simone Barata da Silva CGAB – Coordenador de Gabinete	Gab. Ver. Amaury Filho 2016-2017
Suely Nunes Pereira GNS – Grupo Nível Superior	Gab. Ver. Nehemias Valentim 2016-2017
Tainara Tamie Silva ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Henrique Soares 2016-2017
Wladimir Campos de Oliveira ASL – Secretário Legislativo	Gab. Ver. Toré Lima 2015-2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 03 DE ABRIL DE 2017.**Ver. MAURO FREITAS**
Presidente**Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA**
1º Secretário**Ver. ELENILSON SANTOS**
2º Secretário

* Republicado por incorreções no Diário nº 1735.

“ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ESPECIAL DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA REALIZADA A FIM DE PRESTAR JUSTA HOMENAGEM AOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO, REALIZADA EM ATENDIMENTO À PROPOSIÇÃO DO SENHOR VEREADOR MAURO FREITAS”

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e sete minutos, na Câmara Municipal de Belém, teve início esta sessão especial sob a presidência do vereador Mauro Freitas. O mestre de cerimônias convidou a assumir seus lugares na composição da Mesa o vereador Mauro Freitas, o senhor Vladimir Koenig (Subdefensor Público

Geral, representando a Defensoria Pública do Estado do Pará), o senhor Tadeu Rodrigues Monteiro Ceia (Defensor Público Federal), o senhor Fábio Pires Namekata (Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará - ADPEP), o senhor Sérgio Sales Pereira Lima (Vice-Presidente da ADPEP), a senhora Primeira Tenente Samara Ayan Veloso da Silva (representando o 4º Distrito Naval), o senhor vereador Amaury da APPD e o senhor vereador Fernando Carneiro. Composta a Mesa, o mestre de cerimônias convidou todos, em atitude de respeito, a ouvir a execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Guarda Municipal de Belém. Em seguida, o vereador Mauro Freitas assumiu a presidência da Mesa e declarou aberta a sessão. Subiu então à tribuna, sendo a presidência da Mesa assumida pelo vereador Amaury da APPD. Saudou os componentes da Mesa e demais autoridades e o público presente. Comentou que a defensoria é procurada pela população mais pobre, mais necessitada. Revelou estar atualmente fazendo o Curso de Direito por ter fascinação pela matéria. Disse que esta sessão especial será realizada a cada ano, homenageando os defensores públicos, pois estes labutam no dia-a-dia defendendo e ajudando as pessoas a buscar seus direitos. Reassumiu posteriormente a presidência da Mesa. O mestre de cerimônias fez então o registro da presença do senhor Daniel Tavares (Defensor Público Federal) e da senhora Regina Barata (Defensora Pública). Assumiu depois a palavra o senhor Fábio Pires Namekata e saudou a todos os presentes. Informou que a Defensoria Pública comemora neste dia dezoito de maio o Dia Nacional da Defensoria Pública. Acrescentou que os católicos comemoram nesta data o Dia de Santo Ivo. Este ficou conhecido com o Advogado dos Pobres, pois fazia a defesa intransigente em favor dos injustiçados e necessitados. Assim também é o Defensor Público. Acrescentou que a Defensoria Pública do Estado do Pará foi criada em 1983, cinco anos antes de sua instituição pela atual Constituição Federal. Esta foi a primeira carta magna de nosso país a prever um órgão específico para a defesa dos legalmente necessitados. Externou que é motivo de orgulho para os paraenses o estabelecimento da Defensoria Pública no Estado antes mesmo de sua previsão no texto constitucional. Disse que, anteriormente, a assistência jurídica à população mais carente era prestada pelas procuradorias e pelo Ministério Público em determinadas demandas. A Defensoria Pública tem o objetivo de prestar assistência jurídica aos mais necessitados, sendo este o modelo mais econômico para o Estado, adotado em quase todos os países da América. A Constituição de 1988 garantiu muitos direitos aos cidadãos, mas não basta garantir direitos, é preciso garantir o acesso a esses direitos. Este é o papel da defensoria pública: garantir o acesso à Justiça. Aditou que a Defensoria Pública não se restringe somente à atuação junto ao Poder Judiciário, atuando extra-judicialmente em conciliações e mediações. Possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações coletivas, além de prestar orientação jurídica, entre outras atribuições. Presta não somente assistência judiciária, mas também assistência jurídica integral e gratuita. A meta é evitar a judicialização de demandas, sabendo-se que o Judiciário atualmente está abarrotado de processos. A Defensoria Pública tenta evitar que os processos aumentem. Por vezes, um simples ofício resolve uma pendência e evita uma ação a mais, o que representaria um custo adicional. Assim, a atuação da Defensoria Pública gera economia para o Estado. Explicou que os membros da Defensoria Pública ingressam no cargo através de um concurso público de provas e títulos, gozando de independência funcional, uma garantia essencial para o exercício da profissão. Participou que a Emenda Constitucional nº 45 deu autonomia administrativa e financeira às defensorias públicas estaduais, passando estas a ter o mesmo status de outras carreiras do Sistema de Justiça como o Ministério Público e a Magistratura, corrigindo um erro da Constituição de 1988. Inteirou os presentes de que, em 2008, o Brasil sediou a XIV Conferência Judicial Ibero-Americana, da qual resultou o documento conhecido como as 100 Regras de Brasília. Este estabeleceu uma evolução do conceito de necessitado: as defensorias públicas de todos os países da América Latina decidiram que o defensor público deve atender aquele que está em situação de vulnerabilidade. Vulnerável é aquele que em razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontra dificuldade em exercer com plenitude, perante o Sistema de Justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Reiterou que hoje a Defensoria Pública é o órgão mais eficaz e econômico para a defesa dos mais necessitados. Expressou que há um déficit de 100 defensores públicos no Pará – estão previstos na legislação 350, mas há somente 250 defensores públicos no Estado, com 94 deles atuando em Belém. Muitos municípios não contam com defensores públicos. Finalizou dizendo que o diálogo entre o Poder Legislativo Municipal e a Defensoria Pública é essencial. O mestre de cerimônias fez então o registro da presença da vereadora Marinor Brito. Esta assumiu então a palavra e disse que a sessão é importante para a reflexão sobre o importante papel desempenhado pela Defensoria Pública na defesa dos interesses da população e da cidadania. Disse que é uma grande alegria receber os defensores públicos na Casa. Ressaltou que a Defensoria Pública é uma das maiores parceiras das iniciativas da Câmara Municipal de Belém, pois sempre está presente nas audiências públicas, nas sessões especiais, nos debates de interesse público e isso deve ser valorizado. Considerou que, por isso, é mais do que merecida a realização desta sessão em homenagem aos defensores públicos. Estes tentam garantir a cobertura jurídica às pessoas mais necessitadas. A Defensoria Pública tem ampliado sua atuação de forma eficiente e tem sido protagonista de questões importantes relativas ao não respeito a direitos, à vulnerabilidade a que estão expostos os cidadãos. Ressaltou que o grande ganho que o povo paraense teve nos últimos anos foi a criação do Núcleo de Direitos Humanos, com a diversificação dos temas a serem discutidos. afirmou que, como vereadores, sempre foram bem acolhidos pela Defensoria. Finalizou agradecendo pela presença de todos. O presidente Mauro Freitas fez então o registro da presença do vereador Gustavo Sefer e justificou a ausência do vereador Dr. Elenilson. Fez uso da palavra, em seguida, o vereador Amaury da APPD e saudou os membros da Mesa, as autoridades e o público presente.

Lembrou quando ainda se estava estruturando a Defensoria Pública do Estado. Contou que acompanhava as reuniões e ouvia as discussões. Na época, não havia orçamento específico para o trabalho da Defensoria, mas havia o sonho de transformá-la em um serviço essencial para o Estado do Pará. Foram criados setores para atender às necessidades da população. Apesar dos salários não serem condizentes com o esforço desenvolvido, nunca os defensores públicos voltaram as costas à população. Defendeu que a melhoria do serviço hoje deve ser encarada como política de governo. Como dirigente da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência - APPD tem testemunhado os serviços e parcerias que tem sido feitos pela Defensoria Pública em prol dos menos favorecidos economicamente. O Governo do Pará têm o compromisso de dar melhores condições de trabalho para os defensores públicos para que estes possam bem desempenhar suas funções. O número de defensores também deve aumentar para que a Defensoria Pública possa atuar nos locais mais longínquos do Estado. Assumiu depois a palavra o vereador Fernando Carneiro, saudou os membros da Mesa e o público presente. Comentou que os defensores públicos são pessoas relativamente jovens, com atitudes renovadas. Destacou a importância do trabalho destes na manutenção e defesa de direitos, principalmente no atual momento vivido no país, quando direitos estão sendo retirados por um Congresso Nacional ilegítimo. Informou que assumiu a vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da CMB e realizou contatos com a Defensoria Pública Estadual, OAB, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH, Ministério Público Estadual e com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa Estadual, deputado Carlos Bordalo, visando tornar mais ativa a Comissão de Direitos Humanos deste parlamento. Relatou que esteve no Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Pará e conversou com o Coronel Carlos Emílio, que atualmente o chefia. Reuniu-se também com uma associação de policiais militares. Explicou que, agindo assim, pretende mudar a concepção errônea de que a defesa dos direitos humanos equivale a apenas defender bandidos. Subiu à tribuna em seguida o senhor Tadeu Rodrigues Monteiro Ceia e falou sobre o trabalho diário desenvolvido pelos defensores públicos. A função destes não é simplesmente burocrática, pois lidam diretamente com quem precisa de auxílio e, muitas vezes, deslocam-se até onde os necessitados estão. A atuação dos defensores acaba sendo um fator de transformação social. Expressou que as pessoas assistidas sentem-se gratas e mais dignas, pois são tratadas com respeito e humanidade. Muitas voltam para agradecer e elogiar. Ressaltou que isso dignifica o trabalho do defensor público: a melhoria efetiva da vida daqueles que são atendidos. Pronunciou-se em seguida o senhor Vladimir Koenig e externou que o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos defensores públicos dá a estes a energia e a motivação para enfrentar as lutas. A missão árdua da Defensoria é atender os vulneráveis e todo estímulo é importante para que possam, com disposição renovada, continuar a ajudar as pessoas de forma humanitária. Adicionou que para trabalhar na Defensoria Pública é preciso ter paixão pelo que se faz. É preciso superar as dificuldades orçamentárias, financeiras e estruturais e manter o equilíbrio emocional para lidar com as mazelas vivenciadas no atendimento, pois todos que procuram auxílio estão em situação difícil. Os assistidos são pessoas surradas pela vida e a Defensoria é o último recurso que buscam na solução de problemas graves. Destacou que, além de transformar positivamente a vida das pessoas, a Defensoria tem um desafio maior que é expandir-se até que todos os municípios do Estado disponham do serviço de um defensor público. A missão maior, entretanto, é erradicar a pobreza e a desigualdade na sociedade, extinguindo a condição de vulnerabilidade, de modo que a Defensoria Pública não tenha mais necessidade de existir. Isto só será obtido pela conjugação de esforços de várias instituições. Defendeu a união destas instituições com os parlamentos – nos níveis federal, estadual e municipal – para o estabelecimento de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Assumiu a palavra posteriormente a senhora Regina Barata e parabenizou o presidente Mauro Freitas pela realização desta sessão. Relembrou a época em que a Defensoria Pública do Pará foi criada. Não havia estabilidade no cargo. Quem fazia a defesa dos legalmente necessitados anteriormente era a Assistência Judiciária - onde atuavam os promotores que estavam “de castigo” - que funcionava onde hoje é a lanchonete do Fórum de Belém. Expressou que a conjuntura política atual mostra que é preciso passar a limpo o país, mas faz isso todos os dias em seu trabalho como defensora pública. As pessoas que chegam à Defensoria em busca de auxílio são vítimas das mazelas sociais e políticas, são vítimas do sistema que as empurra para aquela condição. Por falta de políticas públicas, elas não têm retaguarda. A última esperança destas pessoas é o trabalho da Defensoria Pública. Ressaltou a importância do parlamento municipal na construção destas políticas. Defendeu a ocupação de cargos na composição dos tribunais por defensores públicos. Afirmou que ser uma defensora pública é uma grande honraria e é uma profissão que exerce com amor cotidianamente. Ser defensor público é fazer como Santo Ivo sempre fez: acolher o legalmente necessitado com respeito e dignidade. Em seguida, foi exibido um vídeo em homenagem aos defensores públicos. Após isto, o presidente Mauro Freitas agradeceu pela presença de todos. Confessou estar emocionado após os pronunciamentos que ouviu, reconhecendo que os defensores públicos realmente representam a população mais necessitada. Solicitou que todos ouvissem com respeito o Hino de Belém, executado pela Banda da Guarda Municipal. Em seguida, encerrou a sessão às onze horas e cinquenta e sete minutos. Eu, segundo secretário, lavei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, aos dezoito dias do mês de maio de 2017.

Ver. MAURO FREITAS
Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA
1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS
2º Secretário

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017
EXERCÍCIO 2017**

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea “a”)

1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.390.258,57	0,00
Pessoal Ativo	63.390.258,57	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º, do art. 18, da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, do art. 19, da LRF) (II)	410.428,14	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	410.428,14	0,00
Decorrente de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	62.979.830,43	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	62.979.830,43	

DTP e APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	DTP – Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	VALOR	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	2.410.481.206,48	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas individuais (V) (§13, art. 166, da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	2.410.481.206,48	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	62.979.830,43	2,61
LIMITE MÁXIMO (Incisos II e III, do art. 20 da LRF) – 6%	3.778.789,83	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único do art. 22 da LRF) – 95%	3.589.850,33	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90xVII) (Inciso II, do § 1º, do art. 59 da LRF)	3.400.910,84	
Nota explicativa:		
Na esfera municipal, 60% assim distribuídos:		
✓ 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas dos Municípios, quando houver;		
✓ 54% para o Executivo.		
Ver. MAURO FREITAS Presidente	JOSÉ ANTONIO AUAZ DA SILVEIRA Diretor Controle Interno/CMB	

Fonte: DEFIN/CMB

“ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ESPECIAL DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA REALIZADA A FIM DE PROMOVER UM DEBATE ACERCA DO TEMA ‘O DIA NACIONAL DO COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES’, REALIZADA EM ATENDIMENTO À PROPOSIÇÃO DO SENHOR VEREADOR FRANÇA”

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, na Câmara Municipal de Belém, teve início esta sessão especial sob a presidência do vereador Mauro Freitas. A mestra de cerimônias convidou a assumir seus lugares na composição da Mesa o senhor vereador França, a senhora promotora de Justiça Lílian Patrícia Duarte de Souza Gomes (representando o Ministério Público do Estado do Pará), o senhor advogado Ricardo Washington Moraes de Melo (presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará), a senhora Arlene Mara de Sousa Dias (advogada, psicóloga e membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB – PA), o senhor vereador Toré Lima (1º Secretário da Mesa Diretora da CMB), senhor Heraldo Maria da Silva Coelho (presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDAC) e o senhor Fábio Freitas (presidente estadual do PRB). Composta a Mesa, a mestra de cerimônias convidou todos, em atitude de respeito, a ouvir a execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Guarda Municipal de Belém. Em seguida, o vereador França assumiu a presidência da Mesa e declarou aberta a sessão. A mestra de cerimônias fez então o registro das presenças da senhora Elisângela Moura de Oliveira Nascimento (conselheira tutelar do Distrito de Belém – DABEL), do senhor Alessandro Josué da Conceição Correa (conselheiro tutelar do Distrito de Outeiro – DAOUT), da senhora Valdirene Sueli Freitas do Nascimento (conselheira tutelar do Distrito do Guamá – DAGUA) e da senhora Viviane Ferreira do Nascimento. Em seguida, o vereador Toré Lima assumiu a presidência da Mesa e o vereador França usou da palavra. Expressou que esta sessão tem por objetivo discutir o importante problema da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes em nossa sociedade. Comentou que,

na maior parte das vezes, são pessoas da própria família que praticam os abusos. Falta, muitas vezes, a atenção da mãe, achando que isso não vai acontecer com seus filhos, com sua família. Disse esperar que esta sessão sirva para amadurecer atitudes que possam ser tomadas quando enfrentarmos estas situações de abuso no futuro. O presidente Toré Lima fez o registro da justificativa da ausência do vereador Sargento Silvano. O vereador França reassumiu então a presidência da Mesa e o vereador Toré Lima subiu à tribuna. Afirmou que fica perplexo com o que ouve, vê e presencia em relação ao tema em discussão. Disse que temos e podemos exigir das autoridades competentes leis que definam e assegurem o bom viver de nossas crianças. Ressaltou que é importante acompanhar o acesso de nossos filhos à internet. Avaliou que precisamos também saber o que é pornografia infantil, já que a nossa atual legislação não a define. Relatou ter visitado um projeto social e recebeu a denúncia de que uma criança de seis anos estaria sendo explorada sexualmente, com a convivência da própria mãe. Ressaltou a necessidade da vigilância dos pais e da sociedade para evitar os abusos. Pronunciou-se em seguida o senhor Fábio Freitas. Considerou louvável a iniciativa de realização da sessão e a convocação de autoridades e pessoas envolvidas no combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Externou que viaja muito pelo Pará e não vê diferenças qualitativas entre o que acontece na capital e no interior do Estado em relação a esta questão. Estabeleceu que há grande diferença entre abuso e exploração sexual. Contou que, em 2016, o Disque 100 divulgou a ocorrência de 77 mil denúncias de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. Na grande maioria destes casos, a violência é cometida por pessoas da família - dentro de casa - ou por pessoas muito próximas. Repercutiu reportagem feita pela TV Record, na semana anterior, mostrando crianças sendo abusadas na Ilha do Marajó, aqui no Pará. Muitos ficaram indignados, revoltados, com o que viram. Defendeu que a lei para punir esses crimes deve ser mais rigorosa. Acrescentou que os parlamentares, em todos os níveis, devem produzir leis mais severas para coibir esses delitos. Informou que o PRB tem atuado em nível nacional para enfrentar o problema através da Frente Parlamentar Contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (presidida pelo deputado federal Roberto Alves - PRB/SP). Conclamou todos a unirem-se em prol de uma Belém melhor, um Pará melhor, para que haja um futuro melhor para nossas famílias. Posteriormente, assumiu a palavra a senhora Viviane Ferreira do Nascimento e contou que sofreu abuso sexual por um membro de sua família aos dez anos de idade. No decorrer de sua adolescência e ainda na idade adulta era uma pessoa revoltada e traumatizada. Tinha muita dificuldade de relacionar-se ou fazer amizades, tendo medo até de trocar um simples abraço. No início da fase adulta, chegou a tentar o suicídio. Relatou que somente superou a situação através de um grupo, de um centro de ajuda. Foi quando percebeu seu real valor e superou seus traumas e sua insegurança. Foi em seguida exibido um vídeo em homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Após isto, a mestra de cerimônia fez o registro da presença da vereadora Marinor Brito, convidando-a a também compor a Mesa. Pronunciou-se depois a senhora Lílian Patrícia Duarte de Souza Gomes, saudou os membros da Mesa e parabenizou a Casa pela realização desta sessão especial, agradecendo especialmente ao vereador França peça iniciativa de sua proposição. Expôs que o objetivo principal da criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é chamar a atenção da sociedade em relação ao problema, que é uma das piores violações dos direitos humanos. Também tem por objetivo reafirmar o compromisso das instituições responsáveis por esse combate. O Ministério Público faz parte do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que este enfrentamento deve ser feito de forma articulada entre os vários órgãos que compõem essa rede de atendimento, que inclui também as escolas. Espera-se que os profissionais que trabalham na rede de ensino tenham sensibilidade para atuar na prevenção desta forma de violência e ajudar as eventuais vítimas. Espera-se também que estimulem o protagonismo juvenil para que nossas crianças e jovens participem efetivamente desse debate e assim tenham acesso à informação sobre o assunto. Ressaltou que a atuação do Ministério Público não se restringe somente ao aspecto processual - processos criminais, medidas cautelares e protetivas ou destituição do poder familiar, se isto for necessário. Este age como um articulador para que os serviços de apoio e proteção às crianças e adolescentes - envolvendo os conselhos tutelares, os CREAS e as delegacias especializadas - estejam estruturados e funcionem adequadamente. Assumiu a palavra posteriormente o senhor Ricardo Washington Moraes de Melo e saudou os componentes da Mesa e o público presente. Expressou que a OAB tem desenvolvido muitas ações, debates, provocações e cobranças sobre este tema. Uma delas é direcionada ao Poder Legislativo, em todos os níveis, para que este seja mais presente e atuante em relação à pauta da infância e adolescência. Acrescentou que hoje é um dia para refletir sobre as políticas públicas no Brasil, pois além de ser o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é também o Dia Nacional de Luta Antimanicomial. Lembrou que o Artigo 227 da Constituição Federal estabelece que a prioridade absoluta para o atendimento das políticas públicas é para crianças, adolescentes e jovens. Informou que há pouco mais de um mês foi aprovada nova legislação - Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017 - estabelecendo o sistema de garantia de direitos para crianças vítimas ou testemunhas de violência. Esta lei tipifica quatro tipos de violência contra crianças e adolescentes: física, psicológica, sexual (abuso, exploração e tráfico de pessoas) e institucional. O reconhecimento desta última forma de violência é algo novo em termos de legislação, embora o debate sobre a questão já exista há algum tempo. Acrescentou que uma reivindicação antiga da OAB-PA é o aumento do número de conselhos tutelares em Belém - hoje são oito, mas deveriam ser quatorze. Pediu aos membros da Casa que se disponibilizem para a criação de mais conselhos tutelares e que se amplie a rede de assistência para crianças e adolescentes. Pediu que os três poderes cumpram o que diz a Constituição Federal e garantam a prioridade de atendimento para crianças, adolescentes e jovens. Pronunciou-se depois a senhora Arlene Mara de Sousa Dias e cumprimentou os componentes da Mesa e o público presente. Tratou em seguida do problema da falsa acusação de abuso sexual na alienação parental. Expressou que esta é um padrão de condutas que se estende no tempo, praticada por um dos genitores, e que acaba culminando no enfraquecimento ou no rompimento dos vínculos parentais. Informou que 99% dos casos de alienação parental são cometidos por mães, geralmente por não aceitarem o fim do relacionamento. Estas então manipulam a criança para que ela acredite ou aceite a versão de que foi abusada pelo genitor. Isto ocorre geralmente quando a criança tem tenra idade - até cinco anos, sendo mais suscetível à manipulação - e há intenso litígio entre os genitores. Isto também é uma forma de abuso e número de casos vem aumentando grandemente. A criança pode acreditar realmente que foi abusada - o

que se chama falsa memória - e desenvolverá os mesmos sintomas de uma criança que realmente tenha sofrido abuso pois isso será incorporado à sua realidade psíquica. Realmente ser necessária atenção e cuidado redobrado dos profissionais que atendam esses casos para que possam identificá-los. Relatou o exemplo de um pai que foi denunciado e a profissional responsável expediu um laudo afirmando que a criança realmente fora abusada. O genitor foi preso e somente depois de muito trabalho, após cinco anos, conseguiu-se comprovar que se tratava de uma falsa acusação. Nestes casos, o dano é irreversível: o relacionamento do pai com a criança jamais voltará a ser o mesmo e ele enfrentará sempre a desconfiança da sociedade com relação à sua conduta. Acrescentou que os sintomas desenvolvidos por uma criança que sofre abuso podem aparecer também no contexto da alienação parental ou em um contexto de luto, quando a criança não aceita a separação dos pais, sendo necessário que os profissionais que a atendam estejam bem preparados para avaliar cada caso. O Poder Público deve então realmente buscar meios para garantir a implementação da Lei nº 13.431 - que determina o depoimento especial e a escuta especializada no atendimento a crianças e adolescentes - pois, do contrário, correremos o sério risco de ver genitores afastados e alijados do convívio com os filhos para sempre. Aditou que quando há falsa acusação e a criança foi manipulada, mas não acredita que foi abusada (não se tratando de falsa memória), ela apenas repete o que a mãe falou: sua linguagem é pobre. Afirmou que a falsa acusação de abuso sexual é também uma forma cruel de abuso, atingindo não somente a criança (que pode ter graves prejuízos em seu desenvolvimento), mas também o outro genitor. Assumiu a palavra posteriormente a vereadora Marinor Brito, saudou os componentes da Mesa e todos os presentes, parabenizando o vereador França pela iniciativa de proposição da sessão. Saudou a senhora Viviane Nascimento Ferreira que teve a oportunidade e o privilégio de superar o trauma que sofreu. Externou que são exemplos assim, de pessoas corajosas, que a estimulam a continuar lutando. Manifestou ser esta uma causa que a emociona muito, recordando que presidiu a primeira CPI na Câmara Municipal de Belém de combate à exploração e violação de direitos de crianças e adolescentes. Esta foi a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Amazônia a investigar a rede de proteção. Aditou que a Constituição de 1988 estabeleceu, pela primeira vez, as crianças como cidadãs plenas de direito. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA consagrou um programa de como o Estado deveria organizar-se para garantir os direitos das crianças e adolescentes, mas ainda estamos esperando por esta organização. Recordou que, em 2005, mostrou com pesquisas, tendo a ajuda de cientistas e professores da UFPA, que a rede de proteção à criança e ao adolescente não existia em Belém. As secretarias estaduais ou municipais, a polícia militar, assim como cada conselho tutelar, fragilizado e sem estrutura, agia por conta própria e do modo que era possível. Considerou que o mais duro é perceber que, dezessete anos depois, nada mudou. Lamentou que o Pará seja recordista no Brasil em casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes. As rotas de tráfico de pessoas - denunciadas ainda em 2003 por uma CPI mista do Congresso Nacional - continuam operando livremente, levando meninas para áreas de garimpo e para o exterior para fins de exploração sexual. Relatou que, quando foi senadora, participou da CPI do tráfico de pessoas. A tipificação do crime de tráfico de pessoas no Código Penal Brasileiro se deu graças a um projeto de lei que assinou. Hoje, até o programa que visava evitar a revitimização - o PROPAZ, fruto do trabalho do Fórum Municipal - virou uma bandeira eleitoral e não mais um programa de atendimento descentralizado. Após tantos anos, os pontos denunciados onde ocorria a exploração de menores na cidade de Belém continuam ativos. Avaliou que o Estado é conivente, omissivo, despreparado. É um Estado de medo, o Estado da barbárie e da vulnerabilidade social, vitimando principalmente as crianças e adolescentes. Em seguida, a mestra de cerimônias justificou a ausência do vereador Fernando Carneiro. Pronunciou-se depois o senhor Heraldio Maria da Silva Coelho e saudou os membros da Mesa e as pessoas presentes. Participou que o COMDAC tem feito muitas ações no Município de Belém para garantir a proteção da infância. Precisa fazer muito mais, mas são necessários maiores recursos no orçamento. Informou que, em 2015, foi elaborado o Plano Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente que há dezenove anos não era implantado. Não havia um diagnóstico sobre a situação da infância e da adolescência em Belém. Foram realizadas então audiências públicas nesta Casa, no Ministério Público e em outras localidades e - entre os dez eixos que foram destacados - em quarto lugar ficou a violência contra crianças e adolescentes. Relatou que foi implantado um projeto, chamado Escola Viva, dentro das unidades de ensino do Município de Belém, incluindo quase todas as escolas municipais e boa parte das escolas estaduais. Tal projeto visa trabalhar as temáticas da violência na escola e gravidez na adolescência, conta com a participação da UFPA e da sociedade civil e ainda está sendo desenvolvido. Por outro lado, busca-se agora capacitar os conselheiros tutelares para que tenham melhor desempenho em suas funções. Participou que são necessários sessenta conselheiros tutelares em Belém, havendo quarenta atualmente. É preciso criar mais dois conselhos tutelares, um no Guamá e outro no Bengui. Esta necessidade já foi comunicada ao Prefeito Zenaldo Coutinho e o projeto para tal ampliação está em análise, por questões orçamentárias. Assumiu a palavra em seguida a senhora Valdirene Nascimento e comentou que no Distrito do Guamá (DAGUA, que abrange os bairros do Guamá, Terra Firme, Condor, Cremação e Jurunas) a demanda pelos serviços do Conselho Tutelar é imensa, pois a área correspondente é muito grande e é densamente povoada. A violência é geralmente praticada por membros da família ou pessoas muito próximas e os casos ocorrem em grande número, mas o Conselho Tutelar tem lutado para enfrentar a situação e evitar que as crianças tornem-se adultos problemáticos. As crianças são encaminhadas para o atendimento psicológico e assistência social. Pediu àqueles que conhecem algum caso de violência sexual e abuso contra crianças e adolescentes que não fiquem calados e denunciem através do Disque 100 ou às delegacias. A mestra de cerimônias convidou então todos a ouvir, em atitude de respeito, o Hino de Belém, executado pela Banda de Música da Guarda Municipal de Belém. Em seguida, o vereador França agradeceu pela presença e participação de todos e encerrou a sessão às dezessete horas e quinze minutos. Eu, segundo secretário, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Saúdo Plenário Vereador Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, aos dezoito dias do mês de maio de 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário